

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 33-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devolvem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2319

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

QUINTA FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1929

Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9\$50; Província, 3 meses 28\$50; Africa Portuguesa, 6 meses 66\$00; Estrangeiro, 6 meses 102\$00.

A censura à imprensa é a pior arma existente contra o governo

ANÚNCIOS

Excepcionalmente A BATALHA passa a receber anúncios para a 1.ª página a preços e a condições especiais, não se obrigando a publicá-los em dias determinados, mas sómente quando tiver espaço.

A Administração Passamos adiante—enojados, e ainda porque não queremos arrancar a este artigo a linha de serena elevação que resolvemos traçar-lhe. Havemos de exprimir a nossa indignação—sem recorreremos a uma ironia vingadora e a epítetos guerreiros e justicieiros.

A censura à imprensa é uma arma perigosa que atinge especialmente aqueles que com ela se julgam beneficiados. É uma arma, sem efeitos práticos, visto que a coacção só vinga quando o coagido só encontra a seu lado uma sociedade humana composta exclusivamente de escravos e de cobardes. Fazemos justiça à população: esta não nasceu para ser atrelada ao carro dos vencedores e para ser torturada por uma ditadura, sem discutir as razões porque lhe manietam os movimentos e lhe tapam a boca com uma mordacura.

A imprensa, hoje, não constitui uma trombeta cujo som seja potente a ponto de erguer, de norte a sul, a consciência dum país. A imprensa não convence, esclarece, ilumina mas não agita. Com a censura a discordância deixa de existir à luz do sol para se dissimular na escuridão da noite—e nesta altura a divergência chama-se descontentamento e o descontentamento parturteja a revolta.

O governo, que, actualmente, no Terreiro do Paço afirma que a salvação do país se faz em menos tempo do que o movimento de translação da terra em volta do sol, estabelecendo aquela medida recusa-se a ouvir uma voz que é experimentada, uma voz que é sempre a voz da multidão. Jornal que se cala, povo que emudece. E como o acordo não se forma pelo silêncio—o governo, estabelecendo a censura, afastou-se do país, criou um divórcio que será mais profundo à medida que os dias forem decorrendo. Esse divórcio traz aquelas consequências severas

que a história assinala nas suas páginas menos serenas e menos monótonas.

Os jornais só publicarão aquilo que o governo entender que eles publiquem. E o público, o público que procura no jornal, principalmente, o facto, enerva-se quando a sua curiosidade é vencida, é ludibriada por um espaço em branco. Nesse espaço em branco—o público supõe sempre uma ignomínia, julga ver sempre um crime e conclui logo, inevitavelmente, que o governo pratica cotidianamente actos ignominiosos e criminosos.

O crâneo do legislador tem um cartaz—e a imprensa é esse cartaz. Suprimida a matéria do jornal pela censura o crâneo do legislador torna-se suspeito—mais suspeito do que um anatro, mais asqueroso do que uma alforja.

A censura vem num momento em que ela pode ser mais perigosa e nefasta para o governo, vem no momento em que as guarnições militares de Vila Real, Amarante, Chaves e Bragança, passando por sobre o ministério da Guerra, apelam para o exército, no sentido deste afirmar a sua disposição de se bater pela república. O público anseia conhecer os resultados dessa resposta—e é nesse momento que a censura estende sobre ela o seu manto negro. Diante dos espaços em branco ele faz as suas reflexões—e cada uma delas será condenatória da situação predominante que resultou não duma luta, mas da abdicação total dum exército que julgou desnecessário bater-se, por razões que os acontecimentos, cedo ou tarde, hão de explicar, com suficiente clareza.

A testa dos estadistas vai ser um cartaz onde aparecerão impressas as frases cruéis dessa voz anónima dum povo que viu a verdade suprimida por umas entidades fardadas cuja existência é, pagando pesadíssimos impostos, alimenta. E quem sabe se a voz que murmura através do país, transmitida rapidamente, não será mais perigosa que a voz dos jornais—folhas ligeiras que se leem numa hora e outra basta para serem esquecidas.

COISAS DA NOSSA TERRA

Seiscentas pessoas estão sendo diariamente prejudicadas com o irregular serviço de comboios entre Lisboa e Sacavém

Várias vezes nos temos referido à irregularidade do serviço de comboios entre Lisboa e Sacavém sem que providências sejam tomadas por quem de direito.

A administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, ao invés do que seria legítimo esperar, tem feito ovidos de mercador e a irregularidade persiste com todas as suas inconvenientes consequências.

Em nosso poder estão bastantes cartas de operários, empregados no comércio, funcionários públicos que moram nas localidades servidas por aquele comboio, cartas que reclamam providências contra os prejuízos que está causando a irregularidade do serviço de comboios entre Lisboa e Sacavém.

Ora é bom que se saiba que os prejudicados com o atraso dos comboios atingem a cifra de 600.

São seiscentas pessoas que diariamente sofrem um enorme prejuízo com a chegada tardia dos comboios.

O comboio da manhã, procedente de Sacavém, que devia entrar nas agulhas da estação do Rossio às 8,5 horas, continua a chegar ao seu terminus às 9,30 horas.

Como uma parte dos passageiros tem que começar nas suas ocupações às 9 horas, sucede que o atraso do referido comboio determina a perda de uma parte do dia.

Já clamamos contra este atraso em dois ecos e providências apenas foram tomadas durante dois dias. Os comboios voltaram a chegar com atraso e para os passageiros regressou o mesmo marfrio.

A administração da C. F. também tem sido endereçadas reclamações sem que ela se resolva a tomar providências.

A indignação é tanto ou mais legítima quanto é certo saber-se que na linha de Sintra não se notam as mesmas irregularidades.

Será por a linha de Cintra não ser tão assediada por operários e gente de trabalho?

Se é assim o caso torna-se mais revoltante. Não há o direito de estar a prejudicar os passageiros de uma linha só porque a sua estirpe não é igual à dos administradores da C. F.

Mas há mais. No passado domingo principiou a vigorar o novo horário de comboios. Por ele foi suprimido o comboio que saía do Rossio com destino à Azambuja, às 19,27, horas. Em sua substituição

existe agora um outro comboio que sai às 20,5 horas, com destino a Vila Franca.

Porém a Companhia determinou que os possuidores dos passes semanais não tenham direito a viajar naquele comboio.

Os possuidores daqueles passes se quiserem viajar têm que embarcar no comboio que parte do Rossio às 18,54 horas.

Muitos dos passageiros referidos, por terminarem as suas funções diárias às 19 horas, não podem apanhar aquele comboio. Rara seguirem viagem têm que pagar do seu bolso a passagem.

Esta flagrante roubalheira tem dado motivo a bastantes protestos por parte dos lesados. Todavia a Companhia não cede e os desgracados ou pagam a passagem ou ficam em terra.

Vários episódios se têm passado na estação do Rossio devido a estas anomalias. Alguns passageiros quando se dirigem ao chefe da estação reclamando contra a irregularidade dos serviços são recebidos matriadamente por aquele cavalheiro.

Ainda antontem se passou um caso a todos os títulos engraçado. Narremolo:

No lugar convencional, a bandeira respectiva indicava «Vila Franca» como destino do comboio. Sob essa indicação estavam as palavras: «Horas de Partida». E um cavalheiro com certo espírito colocou por debaixo daquelas palavras as seguintes dizeis: «Quando Deus quiser».

Realmente a blague tinha a sua razão de ser. Não se respeitando o horário, a indicação de que o comboio partia a desoras é na verdade razoável.

A Companhia dos Caminhos de Ferro é que pouco se preocupa com as ironias dos passageiros ou com os protestos das suas vítimas.

Continua mangando com o público que lhe enche os cofres, só manifestando por ele alguma consideração no *güichet* das bilheterias.

Abrui-se o Parlamento no Egito

CAIRO, 23.—Discursando na sessão de abertura do novo parlamento, o rei Fouad anunciou que o Egito pedirá em Setembro a sua admissão na Sociedade das Nações.

Este facto constitui uma vitória dos zaglulistas, que não deve encontrar apoio por parte da Inglaterra.—L.

Ler a revista gráfica RENOVADA

PELOS HOSPITAIS CIVIS

A Reforma Lobo Alves estabeleceu uma perfeita desarmonia entre as funções do director geral e criou para os pobres escriturários uma situação de inferioridade

A direcção e a administração geral dos hospitais civis de Lisboa são como que o embolo da grande máquina que anima a vida dos estabelecimentos de cura dependentes do ministério do Interior.

Sendo deficiente essa direcção e essa administração geral, deficientes têm que ser todos os serviços que estão sob sua alçada.

Infelizmente assim sucede. A direcção e a administração geral geram dum numero considerável de deficiências que se vão fazer sentir de uma maneira incisiva no funcionamento da grande máquina hospitalar.

A Reforma Lobo Alves, que regula esse funcionamento, contém princípios inadequados às exigências do serviço, princípios que pertenciam a uma época em que a vida hospitalar não era tão complexa.

Por essa Reforma a superintendência de todos os serviços gerais e especiais está cometida a uma entidade oficial que se denomina Director Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, entidade nomeada pelo governo, sob proposta do corpo clínico hospitalar, precedida de eleição que é feita em lista tripartite e recai em clínicos dos hospitais.

O director dos hospitais que serve durante o espaço de cinco anos, superintende em todos os serviços hospitalares, técnicos e administrativos, fiscalizando a sua execução.

Junto à Direcção Geral e sob os auspícios do respectivo director funciona um corpo consultivo, denominado Conselho Técnico dos Hospitais a quem compete dar parecer acerca dos assuntos sobre que seja consultado e em especial sobre a alteração, criação ou aperfeiçoamento dos serviços de hospitalização e providências excepcionais a adoptar em circunstâncias anormais.

Esse mesmo Conselho tem também a incumbência de dar parecer sobre os regulamentos dos serviços hospitalares, propondo-lhes as emendas que julgue convenientes, e indica ou propõe as instruções que reza para a execução dos serviços que reza para a execução dos serviços hospitalares.

O Conselho Técnico compõe-se do director geral dos hospitais, que é o presidente, por cinco vogais médicos eleitos, dos quais três são directores de serviços clínicos, um assistente de serviços clínicos, e um director de serviços laboratoriais ou de agentes físicos, e o secretário da direcção dos hospitais.

A completar esta enorme rede burocrática temos ainda um Conselho Administrativo que o director dos hospitais consulta sempre que lhe aprovar, sobre assuntos de natureza exclusivamente administrativa.

A mecânica do Conselho Administrativo está assim constituída: pelos chefes da 1.ª e 2.ª Repartições da Secretaria, pelo director dos serviços farmacêuticos, económico e engenheiro chefe dos serviços industriais.

Da complexidade desta engrenagem resultam graves inconvenientes para os serviços hospitalares. Vejamos os principais.

O director geral dos hospitais tem que intervir em toda a vida hospitalar: técnica e administrativa.

Em boa doutrina e melhor censo prático o director dos hospitais apenas deveria dirigir os serviços clínicos, já por si suficientes para lhe absorverem todo o tempo.

A completar esta enorme rede burocrática temos ainda um Conselho Administrativo que o director dos hospitais consulta sempre que lhe aprovar, sobre assuntos de natureza exclusivamente administrativa.

A mecânica do Conselho Administrativo está assim constituída: pelos chefes da 1.ª e 2.ª Repartições da Secretaria, pelo director dos serviços farmacêuticos, económico e engenheiro chefe dos serviços industriais.

Da complexidade desta engrenagem resultam graves inconvenientes para os serviços hospitalares. Vejamos os principais.

O director geral dos hospitais tem que intervir em toda a vida hospitalar: técnica e administrativa.

Em boa doutrina e melhor censo prático o director dos hospitais apenas deveria dirigir os serviços clínicos, já por si suficientes para lhe absorverem todo o tempo.

A completar esta enorme rede burocrática temos ainda um Conselho Administrativo que o director dos hospitais consulta sempre que lhe aprovar, sobre assuntos de natureza exclusivamente administrativa.

A mecânica do Conselho Administrativo está assim constituída: pelos chefes da 1.ª e 2.ª Repartições da Secretaria, pelo director dos serviços farmacêuticos, económico e engenheiro chefe dos serviços industriais.

Da complexidade desta engrenagem resultam graves inconvenientes para os serviços hospitalares. Vejamos os principais.

O director geral dos hospitais tem que intervir em toda a vida hospitalar: técnica e administrativa.

Em boa doutrina e melhor censo prático o director dos hospitais apenas deveria dirigir os serviços clínicos, já por si suficientes para lhe absorverem todo o tempo.

A completar esta enorme rede burocrática temos ainda um Conselho Administrativo que o director dos hospitais consulta sempre que lhe aprovar, sobre assuntos de natureza exclusivamente administrativa.

A mecânica do Conselho Administrativo está assim constituída: pelos chefes da 1.ª e 2.ª Repartições da Secretaria, pelo director dos serviços farmacêuticos, económico e engenheiro chefe dos serviços industriais.

Da complexidade desta engrenagem resultam graves inconvenientes para os serviços hospitalares. Vejamos os principais.

O director geral dos hospitais tem que intervir em toda a vida hospitalar: técnica e administrativa.

Em boa doutrina e melhor censo prático o director dos hospitais apenas deveria dirigir os serviços clínicos, já por si suficientes para lhe absorverem todo o tempo.

A completar esta enorme rede burocrática temos ainda um Conselho Administrativo que o director dos hospitais consulta sempre que lhe aprovar, sobre assuntos de natureza exclusivamente administrativa.

A mecânica do Conselho Administrativo está assim constituída: pelos chefes da 1.ª e 2.ª Repartições da Secretaria, pelo director dos serviços farmacêuticos, económico e engenheiro chefe dos serviços industriais.

Da complexidade desta engrenagem resultam graves inconvenientes para os serviços hospitalares. Vejamos os principais.

O director geral dos hospitais tem que intervir em toda a vida hospitalar: técnica e administrativa.

Em boa doutrina e melhor censo prático o director dos hospitais apenas deveria dirigir os serviços clínicos, já por si suficientes para lhe absorverem todo o tempo.

A completar esta enorme rede burocrática temos ainda um Conselho Administrativo que o director dos hospitais consulta sempre que lhe aprovar, sobre assuntos de natureza exclusivamente administrativa.

A mecânica do Conselho Administrativo está assim constituída: pelos chefes da 1.ª e 2.ª Repartições da Secretaria, pelo director dos serviços farmacêuticos, económico e engenheiro chefe dos serviços industriais.

Os outros serviços seriam cometidos ao Conselho Técnico, os de especialidade, e a um administrador geral os que dissessem respeito à administração.

Se este princípio se estabelecesse, o director geral, que em regra é cumulativamente assistente dos hospitais, poderia melhor atender as exigências do serviço que lhe está adstrito.

Assim não. O director geral tem pouco tempo para dar despacho às inúmeras reclamações, solicitações e petições.

Devido a essa incongruência as atenções do director geral dos hospitais quantas vezes convergem de preferência para a aquisição de uma saca de batatas, em prejuízo dos serviços clínicos.

Uma outra anomalia, e certamente os leitores já a notaram, encontra-se na complicada máquina hospitalar.

Trata-se da falta de representação do pessoal num dos corpos da administração geral.

Especialmente no conselho técnico o pessoal hospitalar deveria ter representação. Não pode admitir-se que num corpo, quasi com funções legislativas, a voz do pessoal não se faça ouvir por intermédio dum ou mais dos seus representantes.

Lobo Alves, que viveu o pensamento do século XVIII, não reconheceu como pertencentes a uma classe essas humildes trabalhadores que nos hospitais exercem o seu honrado e altruístico mister. Por isso o pessoal foi esquecido, como coisa de imerecida consideração.

Para que esta situação desapareça urge que se promova uma rápida reorganização dos serviços hospitalares que modifique para melhor a situação do pessoal.

E essa reorganização não que concerne à direcção e administração geral, deve encerrar, especialmente, a injusta disparidade existente entre alguns funcionários dos hospitais. Exemplifiquemos alguns casos:

Pela Reforma Lobo Alves os funcionários ao serviço da secretaria geral, pertencentes à 1.ª e 2.ª Repartições, estão classificados como oficiais. Nestas condições recebem honorários que vão de 62\$500 a 1.200\$000.

Agregados à secretaria geral funcionam o resto dos doentes hospitalizados, dependentes da 1.ª repartição, e todos os serviços de contabilidade especial e privativa, que estão dependentes da 2.ª repartição.

A pesar de ser muito mais espinhosa a missão destes funcionários, que como vimos pertencem igualmente à 1.ª e 2.ª repartições, a Reforma Lobo Alves criou-lhe uma situação de inferioridade de dois funcionários da secretaria geral.

Os funcionários agregados à secretaria geral por aquela Reforma têm a seguinte classificação: um chefe, primeiro escriturário, segundo escriturário e terceiro escriturário, que recebem, respectivamente, 1.027\$000, 628\$000, 601\$000, 556\$000.

Não se compreende que sendo todos funcionários hospitalares e pertencentes à 1.ª e 2.ª repartições, os funcionários que pertencem às divisões agregadas à secretaria geral não percebam iguais vencimentos quando o seu cargo tem maiores responsabilidades de serviço.

Mas há muito melhor. Hoje, porém, ficamos por aqui para não maçarmos o leitor.

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

—E' fartar, vilanagem!

Opiniões de Mendes Cabeçadas acerca da actual situação expostas em entrevista num jornal do Porto

O comandante Mendes Cabeçadas deu uma entrevista a um redactor do jornal de Notícias, da qual nos limitamos às passagens que mais interesse despertaram na opinião pública:

—Não queria falar ainda. Parece-me cedo. Não desejava criar dificuldades ao governo do sr. general Gomes da Costa. É no entanto...

—Entendo que é meu dever explicar atitudes até agora incompreendidas. Eu nunca esperei, nunca poderia esperar, que o general Gomes da Costa tomasse a consideração que tomou, sem me prevenir—sem me dar a entender sequer que estava em desinteligência comigo. Nunca poderia esperar isso!

—O general nunca o advertiu do que poderia passar-se?

—Solene:

—Nunca! Juro-o pela minha honra de português e de marinheiro. Falava comigo no conselho, amigavelmente. Tomava o meu parecer, aconselhava-se comigo. Duas horas antes de partir para Sacavém—estivera conversando comigo amavelmente.

—Nunca lhe disse nada?

—Repito-lhe—nunca! Falou-me uma vez do descontentamento de uma parte dos oficiais de Sacavém, aconselhando-me a ir falar-lhes. Fiz-lhe a vontade. Esses oficiais desejavam que o general Sinel de Cordes entrasse no governo. Mostrei-lhes a impossibilidade de anuir a esse desejo, que classifiquei de funesto para a República. O general Sinel de Cordes, pessoalmente muito bom homem, constituiria, uma vez no poder, uma afronta ao povo republicano. Os oficiais ouviram-me atentamente—concordando comigo.

—Insisti sobre este homem. Procurei-o em sua casa depois da revolução. Disse-lhe que uma parte do Exército o queria no ministério. Demonstrei-lhe que esse desejo não podia satisfazer-se. Nem a sua inteligência nem o seu carácter poderiam servir à República. Ele sabia por quê. A sua entrada no ministério equivaleria a uma declaração de guerra aos republicanos—e todos os republicanos. O proletariado agitar-se-ia também. Mas dias viriam para a Pátria...

—Sabe o que me respondeu?

—«Que entrara no movimento; que conspirava; que se comprometera. Não podia depois disso, recusar qualquer cargo que quisessem confiar-lhe!»

—Fez-se à minha volta, sempre, por parte da *entourage* de Gomes da Costa, uma campanha que não compreendo. A questão das autoridades foi o melhor pretexto para me incomodarem. Disseram-me que com a demissão do dr. Herculano Ferreira, governador civil do Porto, se fizera uma especulação ignóbil. Atribui-se-me a demora na solução desse caso. Juro-lhe que não conheço o capitão Ferreira—e que ignorava tudo o que se passava no Porto. Ocul-tavam-me tudo. Quando soube, já tarde, o que havia, telefonei ao general Roberto Baptista, mandando ao Porto, com poderes para liquidar a questão, o capitão Bacelar. A seguir, mandei para o *Diário do Governo* o decreto nomeando o capitão Ferreira. Tudo isso não impediu que o meu nome fosse arrastado pelas ruas da amargura!

—O comandante Cabeçadas concentra-se. Agora fala lentamente, espaçando as frases com largos silêncios—silêncios que são reconstituições dramáticas. Nada perturba a paz daquele pequeno gabinete perdido num 2.º andar modesto da rua João Crisostomo. Nada!

—O comandante, de todo decidido, confidencia:

—E' uma história que vem de longe. Nem o Filomeno, nem Sinel de Cordes, nem Raul Esteves me perdaram nunca a minha dedicação à República—e a minha inabalável amizade a Cunha Leal, que eu considero dos maiores valores do regime. Daí a guerra. Daí a liturgia que arrastou o general Gomes da Costa—como soldado, muito valente, mas como homem um fraco, cuja vontade segue ao sabor dos ventos.

—E sentindo a necessidade imperiosa de fazer confidências—confidências que pertencem à história—o comandante Mendes Cabeçadas remonta às origens da conspiração de Maio.

—A conspiração foi iniciada pelos elementos do 18 de Abril—e deram-lhe força Filomeno, Raul Esteves e Sinel de Cordes, ainda na prisão. Os seus nomes, suspeitos, não podiam aparecer em público. Recordaram a Amílcar Mota. Fizram-se alianças—muitas, às centenas. Amílcar Mota, por julgar o momento inoportuno, procedia morosamente. Verberou o seu procedimento. Ou se fazia a revolução—ou se desligavam dos seus compromissos as dezenas de oficiais cuja carreira estava seriamente ameaçada. Amílcar Mota confessou-me o seu receio—e desistiu. Fui por esse tempo a Coimbra. Minha reunião de oficiais da 5.ª e da 2.ª Divisões propuseram-me a chefia do movimento. Quis reconhecer as condições. Disseram-mas. Não buliam com os meus princípios, não feriam—consolidavam a República. Aceitei. A revolução tinha um chefe.

—Nesse tempo ninguém se lembrava do general Gomes da Costa—ninguém lhe citava o nome.

—Continuando:

—Puz mãos à obra. Tudo marchava bem. Estala a revolução. Gomes da Costa, mais feliz, toma o comando da 8.ª e da 6.ª Divisões, aquelas em que eu pusera toda a confiança. Em Lisboa, já senhor da situação, consigo do presidente da República a demissão do governo António Maria da Silva. Telegrafo a Gomes da Costa para que venha encontrar-se comigo. O tempo urge. E preciso formar ministério. O general, cercado pela *entourage* que Filomeno, Sinel de Cordes e Esteves inspiram, não me responde. Telegrafo outra vez. O mesmo silêncio. Dia e noite, repetidas vezes tento comunicar com o meu camarada. Não me responde. E dizem-me: O general Gomes da Costa avança sobre Lisboa com as tropas do norte! Não compreendi! Sobre Lisboa? Mas em Lisboa estou eu—estou as forças revolucionárias que o povo carinhosamente ovaciona!

Olhando-nos fixamente:

—Era a intriga a dar os seus maus frutos...

—Continuando:

—Eu podia avançar sobre o Norte, bater o general Gomes da Costa, esclarecer as tropas que o acompanhavam. Era-me fácil. Mesmo em Sacavém, formado já o Grande Quartel General, eu poderia, por um acto de força, chamar o sr. Gomes da Costa à razão. Todos os republicanos sabem que isso me era fácil. Muitos o fizeram. Não quis. Repugnava-me combater contra as divisões que primeiro tinham dado o grito de revolta. A minha lealdade, o meu excesso de pundonor, deu a vitória a Gomes da Costa.

—Sublinhando o seu pensamento:

—Houve sempre o cuidado de sequestrar-me o general. Levaram-no em Coimbra—quasi o raptaram na Amadora. Receavam que chegassemos a entender-nos!

—Num juízo feito:

—O general é o homem das impressões do momento—Maria vai com as outras. Só por isso é um elemento perigoso.

—Tentando uma pergunta:

—Porque razão os monárquicos e os conservadores me atacam, a mim sempre conhecido pelo meu conservantismo dentro da Democracia—louvando e exaltando Gomes da Costa, que foi já candidato radical ao Parlamento?

—E' um desabafo. Ouvimo-lo com respeito. Depois:

—E agora, comandante?

—Fico em Lisboa, na minha casa, a esperar o que vier.

—Acredita que a República corra perigo?

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou defendê-la.

—O general jurou

A supressão das Escolas Primárias Superiores revelam o odio dum reacionário às classes trabalhadoras

A fúria de destruir existe em alto grau nos indivíduos que se apoderam do Terreiro do Paço. O maior prazer, e nisso parece estar também a maior glória, consiste em deitar abaixo. Dessa obra só resultam ruínas e prejuízos.

Foi o que aconteceu com as Escolas Primárias Superiores. Raro tem sido o estadista ou suposto estadista que não tenha tido a respeito delas uma atitude: suprimi-las. Essas criaturas, cuja principal cultura consiste, muitas vezes, nas conversações demolidoras de despeitados de café, que nada fazem, mas que acumulam de defeitos o que se tem realizado, ouviram dizer que as Escolas Primárias Superiores não correspondiam ao fim para que foram criadas; que havia, entre os seus professores, criaturas sem competência. Ouviram ainda dizer que alguns desses estabelecimentos de ensino não havia alunos. E daí veio a preocupação absorvente que todos eles mostraram em suprimi-las, muito convencidos de que com isso prestavam um ótimo serviço ao país. E' bom também que se saiba que a alta burocracia do ministério não tem nenhum apêgo às coisas de instrução e é com grande satisfação que apoiam qualquer medida destinada a suprimir as poucas possibilidades que as classes trabalhadoras têm de realizar uma educação que lhes é absolutamente necessária.

Ninguém, absolutamente ninguém ousou dizer ao reacionaríssimo ex-ministro da instrução, Mendes dos Remedios, que a única medida que havia a tomar sobre as Escolas Primárias Superiores consistia não na sua supressão, que seria um crime, mas na sua remodelação, que seria um benefício incontestável.

E o ministro por sua vez, como o sr. bispo de Coimbra, seu mentor espiritual, não mostrou o menor interesse pelas Escolas Primárias Superiores não esteve com meias medidas; deitou-as abaixo. Foi mais longe no seu rancor; ordenou que os edificios onde elas estavam instaladas fossem, a partir de 30 do corrente, entregues aos senhores. Esta decisão revela bem o receio que ele tinha de que as Escolas ressurgissem e o desejo que possuía de as ver aniquiladas para sempre. A sua medida, além de iníqua foi revestida de fundo rancor—do rancor, que albergam todas as criaturas fossilmente reaccionárias.

As Escolas Primárias Superiores que o sr. Mendes dos Remedios preferiu destruir em vez de remodelar, o que seria mais difícil mas mais proveitoso, não contam unicamente no estrangeiro, onde elas pululam há decenas de anos, apaixonados defensores.

Em Portugal também os há. Alexandre Herculano as defendeu nos seus opúsculos: «A necessidade de o completar (ao ensino primário) sente-se por toda a parte, e o seu complemento está nas escolas superiores de ensino geral».

Defenderam-nas também os srs. Carneiro de Moura, António Sérgio e João de Barros, tendo este último até declarado que a República tinha fatalmente de as organizar com rapidez; e o professor da Universidade de Coimbra sr. Alves dos Santos também acentuou em termos persuasivos a necessidade da sua existência.

Possivelmente, estarão contra elas os reaccionários, tradicionais inimigos do ensino, e aqueles militares que julgam que o dinheiro dos contribuintes deve ir parar inteiramente a inútil parasitagem das casernas.

Um agradecimento à «Batalha» dos alunos das escolas de João Denis e de António Nobre

PORTO, 22.—No dia 16 do corrente reuniram-se os alunos da E. P. S. de João Denis e de António Nobre, desta cidade, tendo comparecido 78 alunos. Foi eleita uma Comissão de Defesa, em cuja presidência ficou a distinta aluna D. Vitorina da Silva Coutinho.

A assembleia aprovou um voto de agradecimento à «Batalha» órgão dos humildes, pela forma como desassombradamente vem defendendo os interesses legítimos dos alunos desses estabelecimentos que nos países cultos têm sido o mais importante factor do levantamento do nível intelectual das classes populares.

Um politico constitucional

VARSÓVIA, 23.—O sr. Bartel recebeu os chefes dos partidos da Dieta, declarando-lhes que se mantém partidário do sistema parlamentar, mas não concorda com a realização de novas eleições dentro de breve espaço de tempo. O sr. Bartel insistiu na necessidade da rápida votação do organo e das emendas à Constituição.

Os últimos acontecimentos

As guarnições de Vila Real, Chaves, Bragança, Amarante e Viana do Castelo manifestam-se pela República

PORTO, 22.—Não desaparece, por uma vez, a desiquilíbrio que lavra nos espiritos. Quando se supõe que tudo vai entrar na normalidade da pacificação dos nervos políticos, volta a surgir o perigo das intenções monárquicas. A notícia descrita da violenta manifestação integralista já ocorrida; os boatos, a que a imprensa deu curso, sobre as probabilidades de um movimento monárquico—vieram ainda alterar mais a feição intranquilizadora que se vem afirmando numa parte da opinião pública, daquela opinião que mais a sério encara os acontecimentos e que mais peresistentemente vê o perigo em que todos incorremos...

E' que se é certo que o estado-de-sítio já foi «levantado» nesta cidade, estando completamente livre o trânsito a toda a hora do dia e da noite—não quer isso dizer que os reaccionários, erguendo o lábaro do «Pela Pátria e pelo Rei» não estejam na espreita cuidadosa das assomadas realistas. Ainda, entre nós, se grita cada vez mais ousadamente: «Hesitar é suicidarmonos. Para viver, é preciso criar, pelo holocausto de todos, a Vida Nova, abençoada por Deus», para se impor, como no-lo diz um dos principais turbulentos do incenso fascista do norte, «a civilização que representa a continuidade da Ordem humana obediente à ordem divina do Cristianismo».

Sim, continua-se, numa desenvoltura de propaganda dissolvente, a proclamar «que, frente a frente, se chocam, para a suprema batalha, as duas misticas, os dois impulsos, as duas forças maiores»: a força da Razão e a força da Liberdade.

No norte, pois, como no sul, o integralismo, os monárquicos mexem-se. Os piores cegos são aqueles que não querem ver. E como as guarnições militares de Vila Real, de Chaves, de Bragança e de Amarante se resolvem a não ser cegos, constituíram o anunciado pacto segundo o qual estão dispostos a: «não estar ao lado de homens, mas de princípios; apoiar o governo que dê cumprimento ao programa revolucionário da Junta de Salvação Pública», «mantendo com toda a sua pureza o regime Republicano Democrático, proclamado em 1910 e confirmado pela Assembleia Nacional Constituinte»; «no caso do governo se desviar dos princípios da defesa das Instituições Republicanas, actuar imediatamente e energeticamente pela força para serem rigorosamente mantidas as mesmas Instituições»...

Não se sabe, ao certo, qual a atitude da 3.ª divisão em face daquela declaração de princípios e de propósitos republicanos daquelas guarnições, que continuam no afiamento de adesões militares aos seus pontos de vista. O que sabemos é que, a despeito do buzinao republicano do chefe da divisão e do chefe do distrito, estes estão a dar mostras da sua pouca democracia. Uma das provas está na proibição absoluta das reuniões que as Juventudes e Câmara Sindical do Trabalho intentaram levar a cabo no domingo...

Agora pergunta-se: seria mercê daquele pacto que em Viana, na praça da República, as respectivas tropas da guarnição, ao fazerem continência à bandeira, soltaram entusiasticamente vivas à República? Esta atitude da oficialidade, dos soldados, do povo conjuntamente vitoriaram a República, não passou despercebida aqui: constituiu mesmo uma consolação.

No entanto, começa-se agora a compreender de que tudo aquilo não basta para vencer totalmente as constantes ameaças da reacção. Esboçam-se censuras àqueles entidades republicanas e «livre-pensadoras» que, na preocupação de se conservarem sentadas à mesa das pingues situações, abandonaram por completo a propaganda anti-clerical que desenvolviam anteriormente à abertura do «restaurante» político de um regime que conspiraram com as suas immoralidades. A propaganda anticlerical, anti-religiosa, deixou, aparte aquela pléiade de anarquistas e sindicalistas revolucionários, de interesses os republicanos e os pensadores da antiga Associação do Livre Pensamento. Deixaram campo livre ao clericalismo, que, metódica e persistentemente, continuou na sua envenenadora propaganda fanática e fetichista. Muitos, como A. José de Almeida, chegaram a pactuar com ele...

Com um povo assim embaleado por uma tenaz propaganda religiosa, não é para admirar estas constantes oscilações.

O remédio da moda

BERLIM, 23.—O chanceler Marx declarou que no caso de não ser possível chegar a acordo entre os partidos políticos sobre a regulamentação do pagamento das indemnizações a conceder às ex-famílias reinantes, o Reichstag será dissolvido.—L.

AGREMIações VARIAS

A Voz do Operário—Reúne-se amanhã, extraordinariamente, a assembleia geral, para eleição de cargos vagos.

Terraço Bragança

Hoje nova noite de animadas diversões na Feira de São João, instalada naquele Terraço, na rua António Maria Cardoso. Vende-se-lhe, novamente, os apreciados doces regionais, as saborosas frutas dentro de engarrafos cestinhos, etc.

A entrada, com direito a baile, custa \$100, revertendo o produto desta interessante festa para o coire de beneficência da Caixa de Solidariedade do Pessoal dos Armazéns Granel.

PST!

Se quiser passar uma noite agradável vá hoje ver o mais surpreendente e fantástico «vaudeville» actualmente em scena

O DR. DA MULA RUÇA

NO THEATRO

AVENIDA

Revolvendo o passado das tradições religiosas

Evoca-se um litigio entre os frades e as freiras de Amarante

Num dos cartórios da comarca de Amarante existe ainda o seguinte pitoresco acordão sobre um litigio havido entre as freiras e os frades de Amarante em 1793. O acordão foi proferido pela relação do Porto e passou a reproduzi-lo, sem a menor modificação:

«Acordão em Relação, vistos os autos, etc., etc.—As autoras D. Abadesa Discreta e mais Religiosas do Real Convento de Santa Clara de Amarante mostrão ter um cano seu próprio por onde despeje as suas imundícies e excuradas o qual através de meio a meio a fazenda dos Frades Dominicos da mesma villa.

Provarão elas autoras a posse em que estão de limpar quando precisarem. Os reus o Prior e mais religiosos do convento de S. Gonçalo assin o confissão e se defendem dizendo que lhes parece muito mal que lhes bulão e mexão na sua fazenda sem lhes a sua satisfação que conhecendo a necessidade da limpeza do cano das Madres tinham feito unir o seu cano ao das para mais facilmente se providenciarem as cousas, por cujo modo vinhão a receber proveito.

Portanto e o mais dos autos vendendo-se claramente que aquela posse só poderá nascer do abuso—vendo-se mais a boa vontade como os reus se prestam a limpar o cano das Madres autoras e que outro sim da união fressula conhecido beneficio conclue-se visivelmente que há dúvidas e questões da parte das Madres que podem nascer do capricho sublime dum temperamento que precisa mitigar-se para bem de ambas as partes.

Pelo que mandão que o cano das autoras seja conservado sempre corrente e desembarçado unido ou não unido ao cano dos reus segundo o gosto destes e inteiramente a sua disposição sem que as freiras, autoras, possam intrometer-se no dia, na hora, nem nos modos ou maneiras da limpeza, a qual já fica entregue à vontade dos reus que a hão-de fazer com muita prudência e bem, por serem bons instrumentos, seus, próprios, o que é bem conhecido das autoras que o não negarão nem contestarão.

E quando aconteça—o que não é presumível—que os reus de propósito ou por omissão deixem entupir o cano das autoras, em tal caso lhes deixem o direito salvo contra os reus, podendo desde logo governar na limpeza do dito cano, mesmo por meios indirectos usando de suspiros e ainda usando do cano dos reus, procedendo primeiro a uma victoria feita pelo juiz de fora com assistência de peritos louvados sobre os canos das autoras e reus.

Pague-se as custas do processo, etc.

Pórtó, 11 de Novembro de 1793.»

Estão certos que as Novidades tão ciosas das tradições francesas se apressam a transcrever este documento—e não desdenham de nos render, algumas linhas, elogios ao que fizemos, salientando, com júbilo, a nossa isenção, invulgar para os tempos que vão correndo...

Um congresso de comunistas franceses

Comunica-nos a agência Havas que se iniciou domingo ultimo, em Lille, o congresso do partido comunista francês. Para o presidium, foram designados a sr.ª Devernay, irmã do deputado socialista Delory, falecido há um ano, e os srs. Marcel Cachin, Monmousseau e outros.

Estiveram presentes 366 delegados. Produziram os naturais discursos de abertura, a sr.ª Devernay e o sr. Semard, que apresentou o relatório moral da direcção.

A tarde, efectuou-se um comício sob a presidência da Cachin. Usaram da palavra Semard; Thorez; Vaillant; Couturier; Jacques Doriot e Monmousseau.

Na sessão nocturna continuou a discussão do relatório moral, falando inúmeros oradores. Fizeram criticas acerbas os representantes da tendência centrista, por Morin e Hunderdott, à direcção do partido e a vários erros cometidos após o congresso de Clichy, em 1925.

Durante a tarde de domingo, houve uma manifestação comunista, tendo falado Jacques Doriot, Thorez, Raynaud e Vaillant.

LILLE, 23.—O congresso do partido comunista, reunido nesta cidade, tem verificado a diminuição dos efectivos do partido durante o ano passado, o que tem dado lugar a serias recriminações de vários oradores, que accusam os dirigentes do partido de não conduzirem uma politica favorável ao desenvolvimento do comunismo.—L.

CONFERÊNCIAS

«Indústria do ferro»

O engenheiro sr. Ferreira de Simas effectua hoje, pelas 21 horas, na secção da Universidade Popular Portuguesa que funciona no Sindicato Metalúrgico, rua da Esperança, 112-2.ª, a última conferência da série subordinada ao tema «Indústria metalúrgica», com a semana passada não pôde ser levada a efeito por motivo dos acontecimentos políticos. A conferência cujo sumário já publicámos, é acompanhada de projecções luminosas, sendo a entrada pública.

TIVOLI

Telefone 11.5474

MATINÉE ÀS 3 HORAS

SOIRÉE ÀS 9 HORAS

O vôo da Águia

Superfime em dez partes de HENRY RUSSEL o encenador de «Violetas Imperiais» com a celebre bailarina espanhola ISABELITA RUIZ

Magnifica página da história de Napoleão Bonaparte

DUAS CINÉ FARÇAS

UMA CINÉ-REVISTA

No matine e na entrada gratuita as crianças acompanhadas de seus pais

SEBASTIÃO EUGÉNIO Faleceu

A comissão administrativa do Sindicato Nacional dos Empregados do Estado cumpre o doloroso dever de comunicar ao funcionalismo o falecimento do seu prestimoso consócio e irmão acerrimo das suas reivindicações, Sebastião Eugénio, conhecido por este meio todos os seus conhecidos e amigos do extinto, bem como todas as organizações de classe a fazerem-se representar no funeral que se realiza hoje, pelas 16 horas, da sua residência, rua Machado de Castro, 19, 9.º, para o cemitério do Alto de São João, sendo o acompanhamento a pé.

Ocorrências diversas

Vindo da Serra da Estrela, seguiu ontem de manhã em direcção a Lisboa, guiado um automóvel de que é proprietário, o engenheiro Armando Cortezão, de 35 anos, natural de Coimbra e residente na Avenida 5 de Outubro, 103, que se fazia acompanhar por algumas pessoas de sua família. Ao passar na estrada entre Bombaral e Torres Vedras, foi a aquele veículo chocado por outro automóvel, do que resultou ficarem feridos o sr. Cortezão na cabeça e coxa direita e um seu filho de 4 anos, Nuno Manuel Cherley Cortezão, com o braço esquerdo fracturado. Chegados a Lisboa, foram pensados no Banco do Hospital de S. José, recolhendo depois a casa.

No posto da Cruz Vermelha do Terreiro do Paço recebem curativo dando depois entrada na enfermaria de S. Francisco do Hospital de S. José, Alvaro Garcia Ermita, de 15 anos, natural de Puentevieira, servente no Café de France, no Corpo Santo, onde reside, e que ali quando procedia à limpeza de uns vidros caiu de um cavalete, ficando muito contuso pelo corpo.

No posto da Cruz Vermelha do Calvário foi pensado e recolhido a casa, António Gonçalves Terra, de 45 anos, marítimo, natural e residente em Setúbal, o qual caiu a bordo de um vapor fundeado em Alcântara, ficando ferido na cabeça e joelhos.

No Banco do Hospital de S. José, recebeu curativo e seguiu para casa, João José Carinhos, de 12 anos, aprendiz de colchoeiro, rua do Terreirinho, 90, 1.ª, que, na mesma rua, foi atropelado por um automóvel, ficando ferido no pé esquerdo e com várias contusões pelo corpo.

No Instituto de Medicina Legal, sob a presidência do juiz auxiliar dr. Alfeu da Cruz, escreveu Vasques, servindo de peritos os drs. Correia da Silva e Teixeira Bastos, realizou-se ontem a autopsia no cadáver de Júlia da Cruz Gonçalves, aquela mulher que foi morta com um tiro pelo guarda de policia 313, na residência, Casal da Boa Vista à Serra de Monsanto. O seu funeral effectua-se hoje pelas 15 horas para o cemitério Oriental.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Bilhetes de assinatura

Esta Companhia faz público que desde já recebe requisições para bilhetes de assinatura nas seguintes condições:

1.º O prazo de validade para os bilhetes trimestrais começa em 1 de Julho e termina em 30 de Setembro de 1927, e para bilhetes semestrais começa em 1 de Julho e termina em 31 de Dezembro de 1926.

2.º O preço dos bilhetes trimestrais é de esc. 369\$00 (trezentos e sessenta e nove escudos), mais esc. 11\$13 (onze escudos e deztoit centavos) correspondentes ao imposto do selo de 3 1/2%, conforme o art. 4.º da lei 1.830 de 13 de Fevereiro de 1925, mais o adicional de 1 1/2% do art. 67 da lei 1.368 de 21 de Setembro de 1922, e o preço dos bilhetes semestrais é de esc. 615\$00 (seiscentos e quinze escudos), mais 18\$54 (dezoito escudos e sessenta e quatro centavos) correspondente ao referido imposto do selo e adicional.

3.º Os bilhetes deverão ser requisitados à Companhia, nos seus escritórios, em Santo Amaro, em carta impressa, segundo o modelo que a Companhia fornece, devendo o requisitante juntar-lhe duas fotografias iguais, medindo 0,03x0,035, despegadas do cartão, não se aceitando fotografias que sejam de dimensões inferiores a estas ou inutilizadas por qualquer carimbo.

4.º A Companhia só se obriga a fornecer bilhetes de assinatura três dias depois da data em que receber a requisição, nos termos acima indicados, mas nunca antes do dia 30 de Junho de 1926.

5.º Os bilhetes são absolutamente pessoais e intangíveis e só são válidos para os carros eléctricos que circulam nas linhas da Companhia para o serviço do público, excluindo, portanto, os que circulam nas linhas da Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa.

6.º Em caso de perda ou extravio deverá o assinante fazer a participação à Companhia que, decorridos oito dias, lhe fornecerá outro bilhete.

Durante este prazo que a Companhia reserva para averiguar qual o parador do primitivo bilhete, o assinante só poderá transitar nos carros pagando as suas passagens e sobre elas não terá direito a restituição alguma nem perdas e danos.

7.º Quando qualquer pessoa que não seja o proprio assinante fizer ou tentar fazer uso dum bilhete de assinatura será o bilhete cassado pelo agente da Companhia e em seguida anulado, isto sem prejuizo do processo a seguir contra o autor e cúmplice desta fraude ou tentativa de fraude.

8.º Os bilhetes de assinatura emitidos pela Companhia, terão a fotografia e a assinatura do assinante e serão autenticados com as assinaturas ou chancelas de dois directores e, ainda, com o carimbo em relevo, de que usa a Companhia.

9.º Os assinantes não podem apresentar sob pretexto de quaisquer prejuizos reclamação alguma contra a Companhia por motivo de demora, paragem e interrupção de circulação na linha, mudança de serviço, diminuição, de número de carros, falta de lugar, por motivo de greve ou, ainda por qualquer outro caso de força maior.

10.º Fica o assinante obrigado a apresentar prontamente o bilhete ao condutor e, bem assim, quando exigido pelos outros empregados da Companhia, não sendo suficiente a declaração de ter assinatura.

Fica igualmente obrigado a reproduzir a assinatura quando for necessário, para comprovar a sua identidade.

11.º A falta casual ou forçada da utilização do bilhete não constitue o assinante, nem os seus sucessores ou herdeiros no direito de reclamar indemnização ou compensação alguma da Companhia.

Em caso algum poderá o assinante, quem o represente ou quem lhe succeda, reclamar o valor total ou parcial da assinatura, cujo preço uma vez pago, pertence de direito e para todos os efeitos à Companhia.

Lisboa, Santo Amaro, 19 de Junho de 1926.—A Direcção.

A «Batalha» vai ser amanhã julgada na Boa Hora

A «Batalha» vai ser amanhã julgada na Boa Hora—porque defendeu em tempos a ideia, prestigianete para a Boa Hora, de que a policia não devia, contra o espirito das leis, cavalgar a magistratura.

Os juizes ou alguém por eles não gastou —e a querela brotou espontaneamente. Lá irá a «Batalha» sentar-se no banco dos reus—no sujo banco da Boa Hora. Lá irá com a consciência tranqüilla de que serviu não só a verdade como a verga justiça burguesa espelhada pelas patas policiaes—num tempo em que os janisarios ali das alturas do governo civil se arvoraram impunemente em suprema lei para o exercicio duma soberania que tinha tanto de arbitrária como de criminosa.

Irá lá e se a justiça tiver aquilo que faz assemar o sangue à face das adolescentes não haverá outro remédio senão reconhecer que os ódios que existem na Boa Hora contra a «Batalha» terão de aguardar, para se saciarem, mais oportuna ocasião.

Salvamento de um submarino

NEW YORK, 23.—O submarino «S 51» que o pessoal de salvamento esperava levantar do fundo, perto de Block Island, veio ontem a superficie antes que os engenheiros para tal estivessem preparados, e avariou alguns pontões e afundou-se de novo. Estava a tripulação injectando o ar nos pontões, quando, com a sua maior surpresa, a proa do submarino afundado appareceu a superficie, deslocando dois pontões. O submarino «S 51» havia-se afundado ao largo de Block Island em 26 de Setembro de 1925, depois de ter chocado com um outro barco, tendo-se afundado com ele a tripulação, composta de trinta pessoas.—H.

Hospitais Cívis de Lisboa

Já restabelecido da doença que por algum tempo o reteve em casa, assumiu ontem as suas funções de director geral dos Hospitais Cívis o sr. dr. João Pais de Vasconcelos.

—Foi mandado apresentar na secretaria da direcção dos Hospitais Cívis, no prazo de 30 dias, o praticante de enfermeiro sr. João Pereira Amado.

A crise ministerial francesa

Por enquanto, conversa...

PARIS, 23.—Os srs. Poincaré e Doumer conversaram com o sr. Briand. O sr. Laval conferenciou com o sr. Caillaux, suppondo-se que lhe tenha sido oferecida a pasta das Finanças. Ao regressar ao Quai d'Orsay o sr. Laval recusou-se a fazer qualquer declaração.—(H.)

A volta do sr. Caillaux

PARIS, 23.—O sr. Briand conferenciou esta manhã com o presidente Doumergue, a quem expoz a situação. O sr. Caillaux chegou pelo meio dia ao Quai d'Orsay, chamado pelo chefe do governo.

A imprensa prevê uma combinação ministerial na qual o sr. Caillaux seria ministro das finanças e vice-presidente do conselho, e compreendendo um certo número dos antigos colaboradores do sr. Briand. O parlamento adiou os seus trabalhos, aguardando a constituição do governo.—(L.)

Ainda não foi possível o acordo

PARIS, 23.—No ministério dos negócios estrangeiros realizou-se uma conferência entre os srs. Briand, Doumer, Poincaré, e ministros demissionários, não tendo sido possível chegar a um acordo sobre o preenchimento da pasta das finanças. A participação dos srs. Doumer e Poincaré está eliminada, devendo o sr. Briand oferecer a pasta das finanças ao sr. Caillaux, que conferenciou ontem à noite e hoje de manhã com o chefe do governo.—(L.)

Uma excursão de crianças à vila de Queluz

Realiza-se hoje, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, a excursão escolar a Queluz, a primeira que se realiza para fora de Lisboa.

O sitio escolhido é um dos mais pitorescos dos arredores de Lisboa, ameno, fértil e saudável. Foi sede da casa do Infante fundado em 1854, por D. João IV.

Na vasta quinta ergue-se um dos mais belos e suntuosos palácios nacionais, composto de vários corpos, de diversa arquitectura, e rodeado de belos jardins, hortas e pomares.

O palácio tem vastas salas, sendo as mais amplas as das Talhas e as das Serenatas. A primeira chamou-se assim por ser adornada com magníficas talhas do Japão.

A sala das Serenatas, mais ampla que a das Talhas, foi assim denominada porque desde certa época se destinou a sala dos concertos.

A excursão é constituída por 1.200 crianças das 4.ª e 5.ª classes das escolas de Lisboa, sendo o transporte feito em carruagens reservadas, no combóio que parte da estação do Rossio às 8,35 horas.

O regresso de Queluz é às 15 horas e 59 minutos.

Conforme noticiámos o combóio tem paragens em Campolide e Bemfica para receber as crianças das escolas ali próximas.

Theatro São Luiz

Telef. T. 224

Companhia Lucília Simões

HOJE—O ADMIRAVEL

HOMEM DAS 5 HORAS

A finalizar o espectáculo a «bluette»

PAPO SECO

O espectáculo mais alegre de Lisboa constituindo um autêntico sucesso

em que toma parte a bailarina ALEXIANE e o Alcob's Jazz Band

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

Festas artísticas

Com a penúltima representação do «Santo António», peça em que interpreta um papel de destaque, realiza a sua festa, no próximo sábado, no Apolo, o estimado e distinto actor Aurélio Ribeiro. O espectáculo constará, também, dum acto de variedades, no qual, obsequiosamente, tomarão parte Adalina Fernandes, Ema de Oliveira, Guilherme Paiva, Irene Gomes, Fernando Pereira, José Moraes, Abílio Alves e Fernando Rodrigues.

—Vai ser revestida de excepcional brilhantismo a festa de Palmira Tóres, fixada para segunda-feira, 28, no Apolo. A reprise da «Tosca», que vai ali effectuar-se, em récita única, está despertando enorme interesse, que já se está manifestando numa grande procura de bilhetes para esse espectáculo, verdadeiramente sensacional.

Noticias

O Ginásio vai reabrir brevemente, para nos dar, em «première», o vaudeville «Três meninas... nuas», grandioso éxito do Bouffes Parisiens, onde está em scena desde Dezembro.

Reclames

No Apolo só vai a scena até domingo a interessantíssima peça «O Santo António», que nessa noite se despede indelévelmente. Hoje ainda se repete, com todas as suas atracções, entre as quais se contam vários milagres, atribuidos ao popular santo, sendo o espectáculo por preços populares e vendendo-se os bilhetes sem locação.

Dos livros e dos autores

O espectro de Buíça, por Roberto das Neves.—A mocidade das escolas, em Portugal, raramente se manifesta num sentido libertário. É uma juventude desordenada, feminina, sem uma noção de liberdade, sem uma manifestação viril.

Por isso, quando entre ela alguém surge, que marque pela independência de carácter e pela altivez com que defende princípios modernos e noções seguras de liberdade, justo é que lhe registemos o nome e o enaltecamos. É o caso presente. Roberto das Neves é estudante de letras e poeta. Não sei se joga o «foot-ball», mas quasi posso afirmar que, se o faz, mais alguma faz também e isso prova-se no folheto agora publicado em edição do Comité Pró-presos por questões sociais. Intitulou-o «O espectro de Buíça» (tragédia das deportações).

São versos quentes, entusiasticos, cheios de confiança numa sociedade melhor. História-se em boa cadência e ritmo o horror e a infâmia das deportações. É um hino aos grandes sacrificados pela causa social e um lamento vibrante contra todas as oligarquias, contra todos os despotismos.

O folheto

AGENDA

CALENDARIO DE JUNHO

D.	6	13	20	27	HOJE O SOL
S.	1	8	15	22	Aparece às 5,12
T.	2	9	16	23	Desaparece às 20,5
Q.	3	10	17	24	FASES DA LUA
S.	4	11	18	25	L. C. dia 27 às 11,49
S.	5	12	19	26	Q. M. " 5 " 3,45
					L. N. " 11 " 22,55
					Q. C. " 19 " 17,48

MARES DE HOJE

Freamar às 1,32 e às 1,54
Baixamar às 7,02 e às 7,24

CAMBIOS

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque		94\$75
Madrid cheque		3\$19
Paris, cheque		\$56
Suiza		3\$78
Bruxelas cheque		\$56
New-York		19\$55
Amsterdão		7\$85
Itália, cheque		\$71
Brasil		3\$10
Praga		\$58
Suécia, cheque		\$525
Austria, cheque		\$277
Berlim		\$466

ESPECTACULOS

TEATROS

São Luís.—A's 21,15—O Homem das 5 Horas—

Papo Seco—

Alfama.—A's 21,15—O Santo António—

Alfama.—A's 21,15—O Dr. da Mula Ruça—

Caldeirão.—A's 21—Variedades—

Cinema (Iluminado) Graça.—Espectáculos às 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Espectáculos e domingos com ematines—

Livros em espanhol

A' venda na administração de A BATALHA

Mi Comunismo, Sebastião Faure	10\$00
La Revolucion Social em França, Miguel Bakunine (2 volumes)	20\$00
Cartas a uma mulher sobre la anarquia, Luiz Fabri	2\$50
La Ukrania revolucionária, Agustín Soucy	1\$50
Anarquismo y organización, Rodolfo Rocker	1\$00
Entre campesinos, E. Malatesta	1\$00
En Ukrania, Rudenko	1\$00
Miguel Bakunine, J. Guillaume	1\$00
Los anarquistas (Estudo e replicação) Lombroso y Mella	5\$00
Errico Malatesta, Max Nettlau	6\$00
Artistas y Rebeldes, R. Rocker	9\$00
Nicolas, Romain Rolland	4\$00
¿Soviet o Dictadura?, Varin	1\$50
El Estado moderno, Kropotkin	5\$00
Dictadura y Revolucion, Luiz Fabri	10\$00
Bolshevismo y Anarquismo, Rodolfo Rocker	1\$00
Problemas universitários, Lelio O. Leno	1\$00
La Revolucion, José Torralva	1\$00
Dios y el Estado, M. Bakunine	3\$00
Páginas seletas, Multatuli	3\$00
Ensayos y Conferencias, Pedro Gori	3\$00
Dos años en Rusia, E. Goldman	2\$00
Quinet, Falaiz	1\$00
La pena de muerte, G. Alomar	1\$00
El Teatro del Pueblo, V. de Pedro	1\$00
El Teatro del Pueblo, por Valentin Pedro	1\$50
Accion Directa, por Angel Pestal	1\$00

NAO SOFRAM MAIS!



— Usem HERPETOL para as —

— doenças da pele —

Uma gota deste medicamento acalma e fazem por completo desaparecer a comichão.

O HERPETOL é um remédio de primeira ordem para as doenças da pele, tais como: ECZEMAS, MANCHAS, ERUPÇÕES, ESPINHAS, CROSTAS, ARDENCIA NA PELE e MORDERURAS DE INSECTOS.

Instante depois da aplicação, o paciente vê com regozijo a calma e o restabelecimento.

A CURA É CERTA, em muitos casos um só frasco é o suficiente para uma cura. Se sofrer, compre sem demora esta especialidade que se vende nas principais farmácias.

DEPOSITOS:

LISBOA, R. DA PRATA, 237, 1.º

Historia Universal del Proletariado

«Veinte siglos de opresión capitalista»

Esta publicación en lingua española que se encontra a venda na nossa administração, é o resumo histórico, documentadíssimo e detalhado das lutas originadas pela desigualdade social que, sob formas diversas e variados sistemas, perdura desde os primeiros alvares da civilização.

Cada fascículo de 48 páginas, 18\$; pelo correio, registado, 19\$.

Estão publicados os seguintes fascículos:

1.º — La era de la esclavitud;

2.º — La rebelión de Espartaco;

3.º — Abolición de la esclavitud;

4.º — Abolición y Servidumbre;

5.º — La revolución de los siervos;

6.º — La miseria de los agricultores;

7.º — Transformación del Poder Feudal;

8.º — El comunismo cristiano;

9.º — Los miserables en la Edad Media.

A CURA DAS DOENÇAS PELAS PLANTAS, livro útil às boas donas de casa. Preço 2\$00; pelo correio, 2\$50. Pedidos à administração de A Batalha.

ESTE SEGURO IMPÕE-SE A TODOS OS TRABALHADORES

Todo o operário ou trabalhador por 33 CENTAVOS POR DIA garante aos seus, em caso de morte, um capital de ESC. 5.000\$00 pago imediatamente. Se economizar 58 CENTAVOS POR DIA DURANTE 30 ANOS garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

A MUNDIAL

Companhia de Seguros Sede — Rua Garrett, 95 LISBOA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

DOENÇA E INVALIDEZ

Policlínica da Estrela

Rua Domingos Sequeira, J. M., 114 — Lisboa

TELEFONE TRINDADE-303

Doença dos rins e vias urinárias, às 10,30 horas —

Dr. Antunes Prior

Clínica cirúrgica — Operações, às 16,30 horas —

Dr. Bastos Gonçalves

Ovários, nariz e garganta, às 9,30 horas —

Dr. Carlos Larroude

Sífilis e doenças venéreas às 11 horas —

Dr. Carmo dos Santos

Clínica médica, coração e pulmões, às 16 horas —

Dr. Drummond Borges

D. das grávidas, puerperas, útero e anexos —

Doenças das crianças, às 12 horas — Dr. José Bonito

Estômago, fígado e intestinos — D. da nutrição (dieta), gata, obesidade, às 14 h. — Dr. Luiz Quintela

Clínica geral às 14 h. — Dr. Manuel d'Assumpção

Doenças da pele e venerologia, às 13,30 horas —

Dr. Caeiro Carrasco

Análises clínicas — Vacinas, às 15 horas — Dr. Marques Mascas

Doenças dos olhos, às 9,30 h. — Dr. Sertório Senna

Doenças da boca e dentes — Prótese, 12,30 horas —

Dr. Virgílio Xavier

Raios X — Radioterapia, às 16 horas — Dr. Alen Saldanha Cruz

D. Nervosas e Mentais — Electroterapia, às 16 h. —

Dr. Luiz Pacheco

Ortopedia — Massagem — Ginástica médica, às 15 horas — Dr. Salazar Carneira

Doenças das crianças, às 12 horas — Dr. Fuas de Matos

Doenças da nutrição, Clínica Geral, às 16,30 horas —

Dr. Camezuli Ferreira

Doenças dos olhos, às 14 horas — Dr. Caetano S. Oliveira

Pele e sífilis, às 11 horas — Oliveira Feijão

Doenças das seções, às 17,30 horas —

Dr. Isabel Pereira

Garganta, nariz e ouvidos, às 10,30 horas —

Gomes Coelho

Rins e vias urinárias, às 12,30 horas —

Dr. H. de Fontoura Madureira

Raios X — Dr. Alen Saldanha

ANÁLISES CLÍNICAS VACINAS

Policlínica da Rua do Ouro

Entrada: RUA DO CARMO, 98

TELEFONE N. 5353

Medicina, coração e pulmões — Dr. Armando Narcizo — A's 5 horas

Cirurgia, operações — Dr. Bernardo Villar — 4 horas

Rins, vias urinárias — Dr. Miguel Magalhães — 10 horas

Pele e sífilis — Dr. Correia Figueiredo — 11 e às 5 horas

Doenças nervosas, electroterapia — Dr. R. Loff — 2 horas

Doenças dos olhos — Dr. Mário de Matos — 2 horas

Garganta, nariz e ouvidos — Dr. Mário Oliveira — 12 horas

Estômago e intestinos — Dr. Mendes Belo — 3 horas

Doenças das seções — Dr. Emilio Paiva — 2 horas

Doenças das crianças — Dr. Filipe Manso — 12 horas

Tratamento de diabetes — Dr. Ernesto Roma — 5 horas

Boca e dentes — Dr. Armando Lima — 10 horas

Cenozo e rádio — Dr. Cabral de Melo — 4 horas

Raios X — Dr. Alen Saldanha — 4 horas

Análises — D. Gabriela Beato — 1 hora

PEDRAS "METAL AUER"

PARA ISQUEIROS

VENDEM-SE NO LATA, DO LARGO DO CONDE BARRO, 55

Dúzia \$40; 100, 2\$80; mil, 25\$00

Pedra grande, dúzia, \$80

FATOS completos e sobretudos

em bom cheviote, com bons forros e bom acabamento, para homem, desde

129\$00

Calças desde 35\$00

Grande sortido de fatos e sobretudos, feitos e por medida

batimen tos para revenda

170, Rua da Boa Vista, 172

CONSELHO TECNICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Encarrega-se da execução de todos os trabalhos que digam respeito à sua indústria, tais como: edificações, reparações, limpeza, construção de fornos em todos os gêneros, fogões de sala, xadrez, frentes para estabelecimentos e todos os trabalhos em cantarias e mármores de todas as proveniências.

Telefone — 539 Trindade

Escritório:

Calçada do Comércio, 38-A. 2.º

MELINA É O MELHOR MATA FORMIGAS

A' venda em toda a parte

DEPÓSITO GERAL:

Fernandes Almeida & C.ª, Limit.ª

Rua do Largo do Corpo Santo, 10, 1.º — Lisboa

Telefone C. 2422



Influência da educação na vida psicológica do homem

A vida social tem imposto a disciplina racional ou lógica à inteligência, e a disciplina racional ou moral às vontades, precisamente porque o interesse superior de todos e de cada um exige a conservação da máxima confiança na palavra e na conduta dos homens entre si.

Duprat. — A Educação da Vontade.

O fim primordial da educação é ensinar o indivíduo a saber vencer-se a si próprio; é preciso educar-lhe a vontade de molde a vencer todos os vícios que, ativamente, possam nele sobreviver.

Uma das muitas objecções que opõem, por vezes, à liberdade, é a afirmação de que o homem não é livre, pois que, quando não julga obedecer senão à sua vontade, obedece, fatalmente e unicamente, à influência da razão ou da paixão.

Mas isto seria a negação total da vontade. E a vontade existe, temos conhecimento dela, em todos os seus efeitos; «eu quero» não é uma simples abstracção.

Afirmou o moralista Payot, e muito bem, que só é livre quem não é escravo do seu corpo e das suas paixões. Educar, portanto, é a forma mais eficaz de tornar o homem livre, não apenas livre política ou socialmente, falando, mas livre no sentido de *liberto dos seus próprios defeitos*.

Vimos já, no capítulo I, que no instinto, no hábito e na vontade é que encontramos a origem de todos os actos que praticamos. Se pensássemos, como Schopenhauer, que o entendimento é o humilhado servo da vontade; que a única função desta é *querer* ou *não querer*; que a vontade nos animais é tão perfeita e tão resolvida como no homem; que a criminalidade é tão íntima que impossível é modificar a constituição do criminoso, se pensássemos como Schopenhauer para quem o carácter é imutável e para quem os actos de um indivíduo se podem prever, segundo o seu carácter, tal como se pode prever o eclipse de um astro segundo os movimentos deste e a relação destes movimentos com os dos outros astros...

Se pensássemos como Schopenhauer... não estaria aqui a macar-vos.

Mas tal teoria é inteiramente falsa! A personalidade do indivíduo, que é a forma mais perfeita da individualidade psíquica, é constituída por um sem número de fenómenos, que podemos, todavia, agrupar em duas ordens, não justapostas, mas que vivem numa dependência recíproca: a parte determinante e a parte determinada; aquela, subjectiva, dá-nos a forma: esta, objectiva, dá-nos o sujeito, aquela surge quando o homem reflecte, esta procede da própria individualidade. Ambas se modificam com a educação, e ambas devem ser formadas simultaneamente, para que entre estes dois elementos não surjam as grandes lutas dos dois *quereres*.

Quem se propuser educar um indivíduo tem de educar-lhe as suas faculdades, tanto as *apetitivas* como as *cognoscitivas*, devendo, para isso, conhecer, principalmente, a vida dos antepassados do educando. A cada uma das faculdades apetitivas corresponde uma faculdade cognoscitiva. Mas no presente capítulo apenas nos importa conhecer o apetite racional, ou seja da Vontade, cuja faculdade cognoscitiva correspondente é o conhecimento intelectual, que muito importa e interessa à vida objectiva da personalidade, isto é, à formação do carácter.

O carácter do indivíduo anda profunda e estreitamente ligado à evolução dos seus estados afectivos. Portanto, toda a educação que vise criar, suprimir, alterar, *artificialmente*, por sugestão, palavras ou insinuações os estados afectivos do indivíduo, é uma educação falsa e perniciosa. Não se deve provocar o aparecimento de sentimentos artificiais que não sejam conformes ao carácter do indivíduo; os sentimentos e as decisões voluntárias modificam-se por intermédio de uma acção directamente exercida sobre a pessoa, desenvolvendo e completando-lhe o carácter, mas sempre em conformidade com este. Não é arbitrariamente que se juntam ou separam certos sentimentos, desejos ou emoções; o carácter é que os chama ou os exclui.

Na formação do carácter de uma criança temos de lançar mão, constantemente, dos conhecimentos que a fisiologia e a psicologia nos fornecem. Não podemos educar uma criança sem a conhecermos primeiro; ao mesmo tempo que devemos conhecer, tanto quanto possível, a vida dos seus maiores, temos de observar o educando no interesse que tem pelos objectos que o cercam, nas tendências que manifesta, na actividade que mostra nos seus actos, na demonstração da sua força e da sua agiliade.

Todas estas tendências e demonstrações orientam o educador na sua árdua tarefa. O carácter, porque não é uma coisa inata, não é o mesmo em todos os indivíduos. Em parte é determinado pela hereditariedade psico-fisiológica, em parte pela hereditariedade social constituída pelos costumes e tradições, em parte pelos hábitos que vamos contraindo; mas não pára nunca a evolução sempre, tal como a personalidade humana. Estas influências, porém, não constituem uma característica pessoal, apenas significam uma predisposição do temperamento do indivíduo.

As primeiras tendências hereditárias manifestadas pelo indivíduo são apenas o esboço da evolução pessoal a que o educador deve prestar o melhor das suas atenções.

Não esqueçamos que o carácter do indivíduo nunca pára, está sempre evoluindo; depende, por isso, de muitas circunstâncias, mormente das perturbações orgânicas e das *inovações pessoais e imprevisíveis*.

A formação do carácter deve visar, de uma maneira geral, a solidez e desenvolvimento das aptidões necessárias às tendências, por mais complexas que sejam. Há no entanto, princípios fundamentais a que se deve obedecer. Destes, um dos primeiros consiste em conservar e manter a amizade que a criança, *por interesse*, tem pelos seus pais e irmãos, de quem depende, e fazer brotar nela o amor pelos semelhantes, com os sentimentos do altruísmo e da abnegação. Uma educação inteligentemente feita deve ser orientada de molde a fazer-se sentir ao educando a maior soma de liberdade possível, mostrando-se-lhe ao mesmo tempo o sem número de responsabilidades que os nossos actos acarretam sobre nós próprios;

quanto maior for a liberdade, maior é a responsabilidade que temos nos actos que praticamos; a criança deve agir livremente, sem constrangimentos nem coacções, para que aprenda a ter confiança em si própria, em reconhecer em si o sentimento da dignidade pessoal; os modos grosseiros e coercivos de que o educador use para com o educando são funestíssimos na formação de um carácter. Insuficimos no educando, com o nosso próprio exemplo, os grandes princípios da Verdade, da Coragem e da Lealdade, salientando o que há de repugnante na Mentira, na Covardia e na Ingratidão.

Mas o que deve o educador fazer para tanto conseguir? Como proceder-se no caso de a criança cometer faltas que contrariem o bom andamento da sua educação?

Toda a educação deve ser feita de modo que o educando veja no educador uma pessoa de quem não pode prescindir e em quem deve depositar a máxima confiança. Para isto é necessário que o educador exerça uma certa autoridade sobre a criança, mas uma autoridade amistosa, digamos, para a distinguirmos daquela outra toda feita de grossarias, ralhos e maus modos, que apenas servem para desmoralizar; não é uma autoridade que se estende ao corpo, inspirando terror e medo, mas que atinge a alma, sabendo impor confiança e submissão.

A personalidade do educador deve ser constituída por um conjunto de qualidades intelectuais e morais, e até físicas. Todas estas se vão reflectir no carácter do educando. A criança é de si impiedosa, não lhe escapa a mais pequena coisa que lhe possa provocar o riso, e tem bem nítido o espírito da justiça. Para que o educador seja prontamente obedecido, sem temores nem receios, tem de fazer-lhe sentir que ensina com amor e com zelo, que tem uma grande vontade de que aprenda, que ensina com proficiência, além de mostrar-se correcto, de modo a não provocar no educando nem riso nem piedade. A criança obedece, e pouco a pouco deposita uma confiança segura no seu educador. Há virtudes fundamentais que o educador deve possuir: a justiça e a dedicação, a afabilidade, o entusiasmo e a alegria. São, por assim dizer, a pedra de toque das qualidades do educador, e sem elas difícil será, senão impossível, a formação de um bom carácter.

A tarefa do educador, além de árdua, é toda feita de sacrifícios, sabendo-se de antemão que se dá mais do que se recebe; mas, para que a actividade da criança se desenvolva eficazmente, é necessário que ela *sinta* a dedicação do educador. Pelo facto de a criança não poder calcular a importância da dedicação, não quer dizer que a não sinta. O indivíduo, nos primeiros anos da sua vida, é amigo por interesse, mas reclama que os outros lhe sejam dedicados; o espírito do interesse leva-o a ser injusto, mas exige que o tratem com justiça. A criança observa tudo, está sempre vigilante e não deixa escapar a mais pequena sombra de qualquer injustiça que se lhe faça. Quanto mais justo for o educador maior será a confiança nele depositada. A autoridade do educador e a submissão da criança estão intimamente ligadas e condicionadas uma à outra; para que uma e outra sejam reais e duradouras, é necessário que não sejam impostas pela força e pelo temor do castigo.

Mas, pergunta-se: a criança não deve ser castigada?

Há que distinguir as faltas desculpáveis das faltas graves.

Da mesma forma que o ensino deve ser feito pelo método natural, a disciplina deve também ser natural, isto é, deve ser a produzida pela própria natureza. Nas faltas menos graves não se deve infligir castigos corporais à criança; o castigo que ela deve sofrer e que pode produzir efeitos mais eficazes é deixá-la sofrer a consequência da sua falta; a criança, assim, corrigir-se há a si própria, tirando da vida as aplicações práticas.

Qual é a criança que não gosta de brincar com a chama duma vela? E a advertência para o não fazer, porque se pode queimar; o perigo tem; a mãe, embora vigilante para evitar algum perigo de maior, finge que não vê; a criança queima-se num dedo; a mãe não lhe bate, mas imediatamente lhe faz ver que aquela dor que sofreu é uma *consequência natural da sua tolinhada*, que teria evitado aquela dor se tivesse seguido o seu conselho; que as mães queiram sempre o bem estar dos seus filhos, etc. Outro exemplo: A criança é desordenada com os seus brinquedos, deixando-os aqui e ali, permitindo que lhos tirem, ou lhos estreguem; se a mãe lhe bater por isso, mas lhe for dando outros que substituíam aqueles, fará só mal; depois de advertida, se reincidir, não lhe deve comprar mais brinquedos, para que a criança dessa forma *sinta* a consequência natural da sua falta. — Não tens brinquedos como os outros meninos», lhe diz a mãe, «porque não tiveste o devido cuidado na conservação deles». Se, volvidos tempos, ela tiver novos brinquedos, vereis que os sabe guardar melhor, porque já experimentou a privação deles. A criança é pouco cuidadosa nos estudos, verificada que a indolência não é motivada por qualquer circunstância física ou fisiológica, e que é apenas o produto da preguiça, priva-se dos passeios ou dos divertimentos dados às outras crianças em recompensa da sua aplicação. E, para que nela se não desenvolva o espírito da inveja, faz-se-lhe ver que é por justiça que assim se procede, porque *não é justo* que aquele que não trabalha goste o mesmo bem estar daquele que trabalha e é cuidadoso.

E quantos exemplos não poderíamos nós tirar à vida familiar e à vida escolar?

Este sistema da disciplina natural pela experiência das reacções naturais é o que mais convém, não só porque dá à criança a noção do que é justo, mas também porque, sendo a sanção uma consequência natural do seu procedimento, sujeita-se mais docilmente a ela do que se lhe for imposta e aplicada pelos outros. Evita-se assim o desespero e o rancor que às vezes na criança desperta um castigo que lhe foi aplicado por alguém que tem sobre ela a superioridade da força física.

Só em casos muito excepcionais é que se poderá impor um castigo mais severo. Mas neste caso ainda o educador deve empregar não a força física mas a autoridade moral. Advertindo-se uma criança de que será cas-

Como foi recebida pela imprensa a censura aos jornais

Do *Diário de Lisboa*:

«Um dia de tréguas. Os jornais ainda hoje podem ter opinião. Mas de amanhã em diante têm que pensar pela cabeça dos outros. A pena do jornalista ficará, assim, reduzida a um objecto inofensivo de escrever à rasa. Não nos pergunte o leitor o que pensamos de certa atitude ou de certa medida governamental—porque não temos o direito de pensar. O jornal mais bem informado, daqui para o futuro, será o *Diário do Governo*.

A censura não se limita a cortar notícias sem fundamento. Vai mais longe. Cortará, sem dó nem piedade, todas as notícias que desagradem ao governo.

Assim o declarou o sr. coronel Prata Dias, numa reunião de jornalistas convocada para ontem. Pessoa amável, o chefe da censura acrescentou que não queria de modo algum causar o mais pequeno prejuízo material aos jornais.

Quanto ao prejuízo moral—não é com ele, é com as pessoas que ainda ontem se manifestavam tão calorosamente pela liberdade de imprensa...»

Do *Diário da Tarde*:

A censura, nestes termos exercida—repare o governo—é apenas uma medida proibitiva à publicação e circulação dos jornais e mais do que nunca, em casos tais, se tornará a terrível arma de dois gumes que sempre foi. Nem pode compreender-se que esta medida só agora surja e da maneira por que surge, sendo certo que o governo se diz senhor da situação, dispor da máxima força possível e contar com o absoluto e seguro aplauso da nação. O sr. general Gomes da Costa não só repetidas vezes afirmou que não perseguiria a imprensa exercendo sobre ela qualquer espécie de coacção, mesmo a da censura prévia, como até muitas vezes garantiu que a cooperação de sua devia, em grande parte, o fácil, completo e rápido triunfo do movimento militar.

Repetimos que a censura, em tais termos, não poderá executar-se ou endurecer, pura e simplesmente, na asfira dos jornais, principalmente dos da tarde. Mais valia, então, que o governo estabelecesse regras concretas, dizendo aos jornais aquilo que não podem ou não devem publicar. Ficariam assim todos servidos e sabendo a lei em que vivem; assegurado o princípio da ordem e salvaguardados os legítimos interesses de quem trabalha. Porque não se faz, antes, isto?

Da *Tarde*:

«Segundo as declarações do oficial superior que preside aos serviços da censura, esta não permitirá insultos aos ministros nem a publicação de notícias infundamentadas ou mesmo fundadas mas consideradas inconvenientes.

Quanto aos insultos entendemos que o direito que têm os ministros de os não quererem, deve ser o direito de todos os cidadãos. Em vez da censura, melhor fora que se responsabilissem por eles e de modo efectivo todos os que da imprensa se aproveitaram como de um instrumento de ódios pessoais os mais vis. A *Tarde* não recia a censura nesse ponto.

Também a não recia quanto à publicação de notícias infundamentadas. Em relação às notícias fundadas mas cuja conveniência tem de ser apreciada pelos delegados do governo, é que a *Tarde* tem que recuar, como naturalmente fazem todos os jornais, com excepção dos que forem órgãos do ministério.

E em todos os casos o que a *Tarde* faz como um jornal republicano e independente, que sabe o que deve à sua função, é protestar contra todas as limitações à liberdade de pensamento, escrito que não estejam na lei.»

Classes que reclamam

Pessoal da Parceria dos Vapores Lisboenses

Foram despedidos das oficinas da Parceria dos Vapores Lisboenses mais duzentos operários, a pretexto da crise de trabalho. Entre o referido pessoal lavra grande agitação, resolvendo-se que uma comissão se vá avistar com as entidades competentes.

ligada se reincidir, o castigo deve realmente aplicar-se, não se tendo ela corrigido. Não se deve punir brutalmente, mas não castigar, nestas circunstâncias, é confessar que se não tem domínio bastante para o fazer. Um dos elementos da autoridade é a sanção que, só muito excepcionalmente, é que não deve ser mantida até à expiação. Ordena-se somente o que a criança é capaz de cumprir, que é para podermos exigir dela obediência; se lhe formos exigir demais, como podemos depois castigá-la? E se, reconhecendo o nosso próprio exagero, a não castigamos, significamos-lhe com isso injustiça e pouca firmeza. Portanto, convém ordenar somente o que ela puder cumprir, mas as nossas ordens serão tomadas por leis, que serão cumpridas a todo o custo. A firmeza do educador é também um dos elementos necessários da autoridade.

Um carácter são, que se obtém seguindo as leis, as regras e o método que a psicologia e a fisiologia nos ensinam, dá ao indivíduo não só uma *vontade e uma energia*, matriz de sentimentos e de ideias, mas também um *poder de inibição*, que faz com que o indivíduo pratique ou deixe de praticar certo acto. A vontade moral do indivíduo, na expressão feliz do psicólogo Ribot, reduz-se a esta fórmula: *querer é escolher para agir*.

Pois que é o carácter? Definíu-o o autor de «O Dever», Julio Simon, como sendo a sensibilidade governada pela vontade, transformada pelo hábito, o qual modifica o próprio curso das leis naturais. Educar a vontade é modificar o hábito; é, em última análise, modificar o instinto; é, melhor do que em qualquer época da vida, é na infância que se educa a vontade, aproveitando-se a flexibilidade que a criança tem para os hábitos passivos e a sua força superabundante para os hábitos activos.

(Da revista «Educação Social».)

Aurora de CASTRO

(Continúa.)

OS QUE MORREM

Sebastião Eugénio

Alguns dados biográficos do que foi um prestimoso militante operário

Como em últimas notícias informámos ontem, a morte roubou ao movimento revolucionário operário este nosso camarada, que desde há muito vinha sofrendo dessa terrível doença, que é a tuberculose, que não sabe poupar as suas vítimas.

A vida de Sebastião Eugénio, como propagandista e homem de ideias, merece registro especial nas colunas de *A Batalha*, que nele contava um bom amigo, embora, com a franqueza que o caracterizava, algumas vezes não concordasse com a nossa orientação.

Nascido em Cacilhas, em 12 de março de 1877, filho de pais algavios, passou a sua infância naquela localidade, numa vida cheia de privações, pois que sendo seu pai corticeiro não percebia o necessário para atender às modestas exigências da prole,

que era numerosa. Assim, Sebastião Eugénio viu-se obrigado a alugar os seus braços, aos 5 anos de idade, a um ganancioso industrial corticeiro, que, por 14 horas de trabalho diário, lhe dava *quatro centavos*, ou fossem \$24 por semana.

Começou, seguindo como uma tradição de família—eram e continuarão sendo todos corticeiros—na rude luta pela vida, por demonstrar desde princípio uma competência especial para os trabalhos da sua indústria.

Percorreu, ainda jovem, os principais centros industriais corticeiros do país em missão de propaganda associativa e impulsionando a sua classe para a luta.

A ele se deveu o fortalecimento da organização corticeira, onde os princípios do comunismo libertário tiveram o seu mais forte baluarte na região portuguesa.

Sebastião Eugénio, como sucede a muitos proletários, não pôde frequentar a escola primária, mas, à sua custa e nas horas de repouso, quando já contava 17 anos de idade, aprendeu a ler, tendo como mestre e seu orientador o velho militante Manuel Faveiro.

A sua acção como militante operário faz-se sentir com mais energia no Algarve, até 1896, irradiando dessa para o resto do país e abrangendo todas as classes trabalhadoras.

Na luta política, no período agitado da propaganda republicana, em que todos tomaram parte, lá encontrou Sebastião Eugénio a sua primeira prisão no ataque à Companhia de Jesus.

Ao seu esforço se deve a criação da Federação Corticeira, de que foi secretário geral, e do seu órgão na imprensa que inspirou e orientou até há pouco.

Como delegado da sua classe tomou parte no Congresso Nacional Operário de Tomar, em 1914, e nos de Coimbra e Covilhã, como delegado dos empregados do Estado, a cuja classe presentemente pertence, e a favor da qual muito trabalhou.

Como delegado dos corticeiros à sessão magna que proclamou a greve geral de 1912, fez parte do comité, tendo sido preso, juntamente com os dois restantes membros que iam participar ao governo a terminação da greve geral, cuja vitória se deveu à coesão da massa trabalhadora.

O governo de Augusto de Vasconcelos, depois de transigir com a enorme solidariedade operária, atendendo e dando cumprimento às reclamações proletárias, mandou assaltar a Casa Sindical e prender as centenas de operários que ali aguardavam a terminação do grandioso movimento de Janeiro de 1912.

Conduzido Sebastião Eugénio com os seus dois camaradas do comité para o quartel dos Paulistas, foram no dia seguinte, 31 de Janeiro, esculhados por uma força da guarda de baioneta calada e ladeada por praças de cavalaria, para o Arsenal de Marinha, atravessando a cidade pela uma hora da tarde, sob os apupos e as invectivas da multidão, ludibriada pelas falsas notícias que o governo espalhara de que os delegados do comité estavam mancomunados com os monárquicos, de quem teriam recebido 30 contos de réis!

E, no entanto, o pobre Sebastião e os seus camaradas levaram para as prisões as algibeiras vazias e a consciência tranquila do dever cumprido naquela grande manifestação de solidariedade ao proletariado de Évora!

Nos três meses e meio que Sebastião Eugénio pagou na cadeia o seu gesto de rebeldia contra as atrocidades do governo da República, revelou-se o camarada consciencioso, de hábitos de grande sobriedade e de um pudor de costumes natural nas pessoas de vida simples e modesta, cujo contacto com a miséria e com a fome fortalece as suas convicções e robustece o seu idealismo.

Colaborou activamente nos jornais operários «A Obra», «A Greve», «O Corticeiro», «União», «O Sindicalista», etc.

Representou, alguns congressos internacionais da indústria corticeira, a sua classe, demonstrando ser um profundo conhecedor das possibilidades da indústria e das suas deficiências.

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

Sebastião Eugénio, sempre honesto, con-

A cadeia de Lourenço

Marques é um sepulcro de vivos

Em nome de um grupo de presos, escreveu José da Fonseca, relatando o regime prisional que vigora em Lourenço Marques, o qual excede quanto se possa imaginar de mais bárbaro e inumano. Aos que tenham a desventura de cair na cadeia, para aguardar julgamento ou para cumprir sentenças por delitos imputados, são cercados justos e humanos direitos, sem que as entidades superintendentes mostrem um pouco de justiça em face das reclamações que inúmeras vezes lhes são apresentadas. Ainda nos escreve Fonseca que todos os dias se observam actos que causam horror, e de cuja descrição se dispensa o nosso correspondente. Dá-nos, porém, uma fugitiva e bem aterrorizadora noção do regime prisional de Lourenço Marques nos pormenores que a seguir transcrevemos:

«Começo por explicar que aos presos é exigida a quantia de 40 escudos pela carceragem, mesmo nas celas onde outrora era gratuita, mas não lhes é fornecida a mais pequena enxerga, assim se vendo os desditos na dura contingência de dormirem sobre uma imunda tarimba, em contacto com toda a espécie de vermes que infestam estas regiões, e que são na sua maioria os factores de graves e funestas enfermidades, enquanto que o carcereiro, bem como seus filhos e amigos, transformam a cadeia em hotel, onde têm bons quartos e excelentes camas, que aos presos deviam ser fornecidas, por direito de humanidade.

«E expressamente proibido aos presos lerem jornais, exceptuando os da *côr*, bem como livros; não é permitido o uso de tinta, caneta e papel, sendo todos obrigados a mostrar ao carcereiro quanto escrevem, ainda as cartas mais particulares, depois desses escritos serem feitos no escritório.

As visitas só são permitidas duas vezes na semana, e por espaço de quinze minutos, exclusivamente para pessoas de família, e com sentinela à vista, privando assim a visita de qualquer amigo, pois que mesmo aquelas têm que vir munidas de uma autorização especial passada pelo sr. dr. Delegado. Serventes para recados, não aparecem, pois que andam em serviço particular do carcereiro, vendo-se os presos na necessidade de estarem sofrendo dores e febres por não terem quem lhe vá buscar qualquer medicamento e o médico não consente que baixem os doentes ao hospital, por estes terem a infelicidade de não cair em graça do carcereiro e dar má informação ao facultativo. Existem dentro do edifício dois jumentos, sendo um do referido carcereiro e outro de um amigo, cujos dejectos são lançados numa cova, junto à janela de uma prisão, contribuindo assim para atrair um maior número de insectos prejudiciais à saúde.

Por todos estes casos são constantes as reclamações, às quais o carcereiro, armado em «senhor», responde com o *segredo*. E assim é que os mandões julgam regenerar os presos, não prevendo que só instigam a revolta e a delitos maiores e talvez de mais graves consequências.

O nosso informador, finalmente, reclama justiça e mais humanidade para com infelizes que não devem ter, como castigo, o mais bárbaro de todos os regimes, um regime prisional que só deve ter existido nas sociedades medievais. É legítimo exigir-se que sejam abolidos todos os regimes prisionais que, como o de Lourenço Marques, torturam até à morte lenta os humanos que neles sejam abrangidos. Bem certo é que a sociedade só com o crime se sabe defender de crimes que imputa aos indivíduos.

SOLIDARIEDADE

A comissão promotora da festa de solidariedade em prol de José da Silva pede a quantos têm bilhetes em seu poder que façam a sua liquidação o mais breve possível, a fim de se entregar a receita apurada ao beneficiado. A mesma comissão reúne-se hoje.

Visitas de estudo

A comissão de instrução da Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa, efectuou no passado domingo, 20 do corrente, a sua anunciada visita às oficinas e mais dependências do jornal *O Seculo*. A visita, que foi demorada, começou pelas salas da redacção, biblioteca, tipografia e casa das máquinas de composição, sendo duas positivamente postas a funcionar.

Foram ainda visitadas outras oficinas, tendo sido posta a funcionar a máquina rotativa n.º 1, a qual fez uma pequena tiragem do jornal, com doze páginas, sendo oferecidos os respectivos exemplares aos visitantes.

Estas visitas, que com grande êxito se estão realizando, continuam no próximo mês.

ciliador e coerente, merece que aqui digamos que, se deixou de ser operário corticeiro em 1915, para ingressar nos quadros do funcionalismo público, o fez forçado por um grupo de amigos e por o seu estado de saúde lhe não permitir o serviço violento da sua profissão, que amou até morrer.

Quanto teríamos que dizer se o espaço não-lo permitisse!

O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, a expensas do Sindicato Nacional dos Empregados do Estado, que convida todo o funcionalismo e a classe trabalhadora em geral, a nele se encorporar, saindo da rua Machado de Castro, 19, r-c, para o cemitério do Alto de São João, sendo o acompanhamento a pé.

A Direcção Central do Gremio Livre do Funcionalismo, reunida extraordinariamente para se ocupar da morte do velho militante Sebastião Eugénio, resolveu suspender a sessão em sinal de sentimento, depois de ter lançado na acta um voto de profundo pesar e convidar todos os seus associados a incorporarem-se no funeral.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

Arminda de Lourdes Pinto

Faleceu a menina Arminda de Lourdes Pinto, filha do sr. Augusto Pinto. O seu funeral realiza-se hoje, às 16 horas, saindo da rua do Borja, 49, para o cemitério da Ajuda.

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA

A opinião autorizada dum ilustre psiquiatra

«A educação religiosa visando a incutir crenças indemonstráveis e emoções particularistas em idades nas quais o senso crítico é tão impossível quanto a credulidade, é absoluta, representa antes de tudo na ordem moral um crime análogo ao que na ordem jurídica se chama abuso de confiança. O educador não tem, nos domínios da inteligência, o direito de impor uma fé, mas apenas o de ministrar noções susceptíveis de prova, como, no terreno afectivo e moral, não tem senão o direito de evocar e dirigir sentimentos de sociabilidade indispensáveis à vida colectiva. Impor uma crença religiosa (e inculcá-la ou sugerir-lá à infância o mesmo é que impô-la) significa desviar o espírito da sua evolução natural do estado teológico para o estado científico; por outro lado, determinar emoções religiosas, é criar o estado afectivo de intolerância, que sempre caracterizou as seitas, místicas ou políticas, e contribuir, portanto para a insociabilidade. Ninguém tem o direito de praticar esta dupla monstruosidade, como ninguém tem o direito de aniquilar uma articulação, de atrofiar um músculo, de impedir ou desviar a função de um órgão. Os que invocam a liberdade para ministrar na escola o ensino religioso, esquecem-se de que esse fundamental direito não é ilimitado, antes acaba no momento em que o seu uso por parte de um homem implica ao desenvolvimento natural de outros homens.

O menor dos perigos da educação religiosa é criar nos espíritos uma série de fantasmas intelectuais e de tendências emotivas cujo combate na juventude ou na idade madura importa um exaurimento profundo e um desequilíbrio nervoso muito longo.»

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Júlio de Matos (Elementos de Psiquiatria, pag. 33).

Dr. Jú